

ISSN 2526-5822

CONJUNTURA



10
2021



CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

Corpo Editorial

Editora Executiva: Giovanna Lucio Monteiro

Editora Adjunta: Beatriz Maciel Pontes

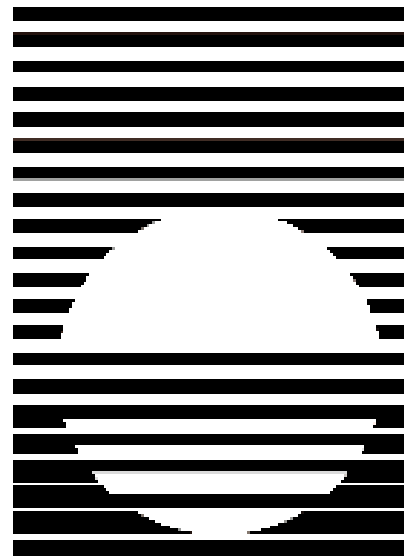
Conselho Editorial: Carlos R. S. Milani, Enara Echart, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Leticia Pinheiro, Maria del Carmen Villarreal Villamar, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Rubens de S. Duarte

Editória de Redação: Alice Vieira Lima Cavalcante, Amanda Pereira Pinto, Amanda Salice Vieira Lima Cavalcante, Amanda Silvestre, André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Beatriz Bandeira de Mello Souza e Silva, Beatriz Pontes, Beatriz Santos, Bruna Soares de Aguiar, Diogo Ives de Quadros, Eduarda Lattanzi Menezes, Eduardo Morrot, Fernanda Abreu, Ghaio Nicodemos Barbosa, Giovana Esther Zucatto, Giovanna Lucio Monteiro, Henrique Rabello de Carvalho, Jefferson Nascimento, Johanna Larrubia, Juliana de Sant'Anna Cunha, Juliana Pinto de Lemos da Silva, Julia Aroni, Kayo Moura da Silva, Leandro Wolpert dos Santos, Leilane Nascimento dos Reis Santos, Luã Braga de Oliveira, Lucca Fantuzzi Soares, Marcelly Firmino, Márcia Miranda Charneski, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Nathan Oliveira, Nicolli Bernardes Ribeiro, Pedro Lange Netto Machado, Thaís Jesinski Batista

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).
Rua da Matriz 82, Botafogo
Rio de Janeiro, RJ
CEP: 22260-100 – Brasil
Tel: +55 (21) 2266-8300

LATITUDE SUL

latsul.org



SUMÁRIO

Página 04

Relatório Final da CPI da Covid aumenta desgaste internacional de Bolsonaro

Oposição denuncia Bolsonaro à ONU após veto em projeto sobre pobreza menstrual

Itamaraty prevalece sobre Ministério da Economia em negociação sobre Tarifa Externa Comum

Página 05

Brasil e Colômbia assinam sete acordos de cooperação bilateral

Tribunal Penal Internacional suspende investigação sobre os crimes de guerra na Colômbia

Página 06

Aproximação entre Congressos da Colômbia e da Venezuela é barrada por Iván Duque

Programa de política externa de candidato à presidência no Chile gera preocupação

Página 07

Investigação do Pandora Papers envolve presidentes do Chile e do Equador

Lasso declara estado de exceção no Equador e ameaça dissolver Assembleia Nacional

Página 08

Negociações entre governo e oposição da Venezuela são suspensas

Irã e Venezuela anunciam acordo de cooperação

Guiana busca auferir ganhos econômicos na Expo 2020 de Dubai

Página 09

EUA deportam milhares de haitianos, inclusive crianças brasileiras e chilenas

Página 10

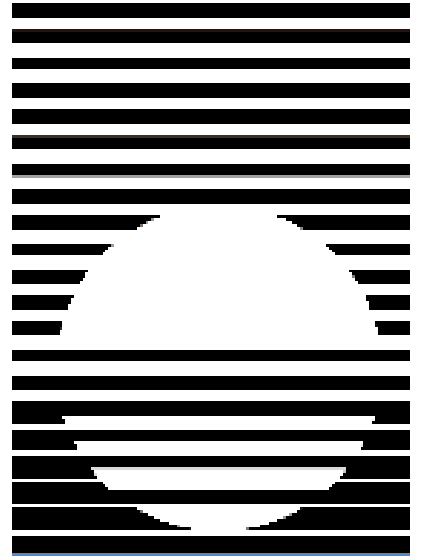
China censura iniciativas internacionais de apoio a Taiwan

Missões Permanentes enfocam segurança alimentar e Direitos Humanos na ONU



Página 11

Proposta de lei anti-LGBTQIA+ em Gana preocupa ativistas



Relatório Final da CPI da Covid aumenta desgaste internacional de Bolsonaro

Aprovado no dia 26 de outubro de 2021, o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da COVID-19 no Senado, que indicia o presidente Jair Bolsonaro por nove crimes cometidos durante a gestão da crise sanitária no país, ganhou destaque na imprensa internacional. O canal britânico BBC News Internacional estampou a notícia em sua manchete. O também britânico The Guardian, assim como os estadunidenses The New York Times e CNN noticiaram o desfecho da CPI em suas páginas iniciais. A conclusão do relatório ainda foi ventilada pelos jornais The Washington Post (EUA), Le Monde (França), Der Spiegel (Alemanha), El País (Espanha) e Público (Portugal), dentre outros. Entre os pontos destacados, está a acusação por crimes contra a humanidade que deve ser apresentada ao Tribunal Penal Internacional (TPI). A BBC realçou a perda de popularidade de Bolsonaro diante da crise sanitária, ao passo que a CNN divulgou, junto com o texto sobre a aprovação do relatório final da CPI, uma reportagem em vídeo sobre familiares de vítimas do vírus no Brasil pedindo por justiça. O Le Monde mencionou, ainda, a suspensão do canal do presidente no YouTube devido à transmissão de notícias falsas. Já o Público enfatizou a ineficácia dos medicamentos defendidos por Bolsonaro no tratamento da COVID, conforme conclusão majoritária dos estudos científicos. O desgaste da imagem do mandatário brasileiro no exterior se mostrou notório durante a reunião de Cúpula do G20, realizada na Itália, nos dias 30 e 31 de outubro de 2021. Além de não ter realizado reunião bilateral com líderes de outras nações, Bolsonaro deixou de participar de compromissos oficiais da Cúpula, o que foi interpretado por alguns analistas como sinais de seu isolamento. A passagem de Bolsonaro pela Itália também foi marcada por manifestações contra e a favor do presidente, bem como por relatos de agressão a jornalistas brasileiros durante a cobertura do evento..

Fontes: [CNN](#), 19/10/2021; [Folha](#), 20/10/2021; [O Globo](#), 20/10/2021; [G1](#), 27/10/2021; [BBC](#), 30/10/2021; [G1](#), 31/10/2021; [Correio Braziliense](#), 01/11/2021.

Oposição denuncia Bolsonaro à ONU após veto em projeto sobre pobreza menstrual

No dia 7 de outubro de 2021, o presidente brasileiro,

Jair Bolsonaro, vetou a proposta de distribuição gratuita de absorventes para estudantes de baixa renda, pessoas em situação de rua e detentas, prevista no art. 1º do Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual (Lei 14.214/2021). O projeto, de autoria da deputada Marília Arraes (PT-PB), visa combater a pobreza menstrual e a falta de acesso a produtos de higiene básica que afetam pessoas em situação de vulnerabilidade por todo o país. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), no Brasil, cerca de 25% das meninas entre 12 e 19 anos deixam de ir à aula por não terem acesso a absorventes. A falta de informações e políticas públicas que tratem da questão também incide sobre a vida das pessoas que menstruam. No entanto, em 8 de outubro, a ministra da Mulher, Família e dos Direitos Humanos, Damarenes Alves, declarou que a decisão de Bolsonaro foi acertada e que o governo não “tiraria arroz da cesta básica para colocar absorventes” - fazendo menção ao artigo que previa a inclusão dos itens de higiene nas cestas básicas entregues pelo Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). A decisão do presidente se soma a um conjunto de ações implementadas pelo governo, nos âmbitos nacional e internacional, que visam restringir direitos reprodutivos, sexuais e, agora, menstruais. Em resposta à decisão presidencial, a oposição, liderada pela deputada Talíria Petrone (PSOL-RJ), se movimentou para apresentar uma denúncia para a Relatoria Especial sobre Violência contra a Mulher e para a Relatoria Especial sobre o Direito à Saúde, ambas vinculadas à ONU. No dia 23 de outubro de 2021, relatores da Organização enviaram uma carta ao governo cobrando a adoção de medidas para garantir o acesso à saúde menstrual, como produtos de higiene menstrual, condições adequadas de saneamento, fornecimento de água e serviços de saúde. O governo, no entanto, manteve o veto, sendo este mais um retrocesso na agenda pública do governo Bolsonaro.

Fontes: [Agência Senado](#), 07/10/2021; [G1](#), 07/10/2021; [Rede Brasil Atual](#), 08/10/2021; [Revista Fórum](#), 23/10/2021

Itamaraty prevalece sobre Ministério da Economia em negociação sobre Tarifa Externa Comum

O mês de outubro de 2021 foi marcado por rugas entre o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Economia brasileiros, em meio às negociações

para redução da Tarifa Externa Comum (TEC) entre Brasil e Argentina, no âmbito do Mercosul. Desde o início do governo de Jair Bolsonaro, o Ministro da Economia, Paulo Guedes, tentou promover um ambicioso corte de 50% na taxa. Dissuadido pela indústria nacional, Guedes buscou negociar uma redução de 20% que, dessa vez, foi rechaçada pelos argentinos. O acordo somente foi materializado com o protagonismo do Itamaraty, que logrou êxito no entendimento junto aos argentinos para uma redução de 10% na tarifa. A mesma redução de 10% na TEC com a Argentina foi seguida pelo Paraguai, uma semana depois. O fracasso das negociações mais agressivas de Guedes e o sucesso da proposta da chancelaria foram vistas como um sinal de perda de força da pasta da Economia no âmbito do comércio exterior brasileiro. Em discurso proferido durante o lançamento da Frente Parlamentar de Comércio Internacional e Desenvolvimento, ocorrida no dia 26 de outubro, Guedes declarou que o Itamaraty precisa ser “mais agressivo” nas negociações, afirmando que os embaixadores brasileiros deveriam agir como os estadunidenses e chineses que, segundo ele, seriam “homens de negócios”.

Fontes: [Folha](#), 08/10/2021; [Folha](#), 15/10/2021; [O Globo](#), 26/10/2021; [Poder 360](#), 26/10/2021.

Brasil e Colômbia assinam sete acordos de cooperação bilateral

No dia 19 de outubro de 2021, ocorreu o Memorando de Entendimento com o governo da Colômbia e o governo brasileiro no Palácio do Planalto, em Brasília. A reunião contou com a presença dos presidentes do Brasil, Jair Bolsonaro, e da Colômbia, Iván Duque, a fim de debater sobre o fortalecimento do comércio, fluxo de turistas e cooperação nas áreas de saúde e meio ambiente entre os dois países. O encontro resultou na previsão de investimentos no montante de US \$1,4 bilhão na Colômbia, bem como o fechamento de sete acordos bilaterais de cooperação envolvendo áreas de agricultura, aeronáutica, ciência, pesquisa, desenvolvimento, saneamento básico, segurança pública, comércio, relações exteriores e integração. Também foram objeto de discussão outros temas, como, monitoramento de recursos hídricos, melhoria da qualidade dos serviços de água e saneamento na região e a realização de cursos de capacitação e eventos. No que diz respeito à questão ambiental, os presidentes afirmaram suas intenções de irem

“unidos” à conferência da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a COP 26, em defesa da Amazônia. A agenda sobre segurança também foi muito debatida, destacando a importância do tema e da cooperação na área fronteiriça. Além disso, Bolsonaro expressou sua preocupação com a presença das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) na região de divisão entre Brasil e Colômbia. O presidente brasileiro também afirmou que “esses Memorandos servem para, de forma mútua, levarmos desenvolvimento para os nossos países”.

Fontes: [O Globo](#), 10/10/2021; [G1](#), 19/10/2021; [El Colombiano](#), 20/10/2021; [Governo Federal](#), 21/10/2021; [Isto É](#), 22/10/2021.

Tribunal Penal Internacional suspende investigação sobre os crimes de guerra na Colômbia

Em 28 de outubro de 2021, o fiscal do Tribunal Penal Internacional (TPI), Karin Khan, visitou a Colômbia, onde se reuniu com o presidente Iván Duque e magistrados de altos tribunais colombianos. Após 17 anos de pesquisas preliminares para decidir se seria realizada ou não uma pesquisa formal, Khan anunciou que o tribunal suspenderá a investigação de crimes de guerra e lesa-humanidade durante o conflito armado colombiano. Na reunião, como contrapartida à suspensão, foi assinado um acordo no qual o governo colombiano se comprometeu a cumprir o Acordo de Paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e garantir o funcionamento da Jurisdição Especial para a Paz (JEP). O governo elogiou a decisão e afirmou que o reconhecimento do tribunal indica avanços na busca pela paz. Enquanto isso, a oposição apontou que tal reconhecimento se tratou de uma blindagem do TPI para a JEP, evitando que a última pudesse ser eliminada ou modificada, como tem pretendido o governo e o partido Centro Democrático. Cabe lembrar que Fatou Bensouda, a anterior fiscal da TPI responsável pela matéria, havia sugerido continuar com a pesquisa preliminar sobre a Colômbia com ênfase no marco legal colombiano, os processos judiciais abertos e o cumprimento das condenações. Além disso, organizações de direitos humanos como a Human Rights Watch (HRW), publicaram a carta que enviaram para o fiscal da CPI pedindo para que fossem mantidas as investigações contra a Colômbia,

devido aos poucos avanços dos organismos de investigação internos. O compromisso do presidente colombiano Iván Duque perante o TPI para cumprir os acordos de paz, no entanto, contrasta com as críticas do partido governista e do próprio mandatário para esse acordo e para a JEP. Em 22 de setembro de 2021, na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), Duque afirmou que se tratava de um acordo frágil com os “terroristas das FARC” e que os avanços na busca pela paz têm sido mais por sua política de paz com legalidade do que pelas negociações em La Habana. Essa posição gerou diversas críticas, como as do ex-presidente Juan Manuel Santos (2010-2018), que afirmou que o presidente estava questionando as negociações de paz e o acordo assinado em seu governo perante o organismo que acompanhou e apoiou todo o processo. Por outro lado, o governo venezuelano anunciou que acusaria o presidente Duque pelos delitos de extermínio e perseguição contra os migrantes venezuelanos no TPI devido ao assassinato de dois jovens venezuelanos, de 12 e 18 anos, quando tentavam roubar um estabelecimento comercial, em 11 de outubro de 2021. O crime foi cometido pela própria população em um município no nordeste colombiano.

Fontes: [CNN](#), 13/10/2021; [El Nuevo Siglo](#), 26/10/2021; [Asuntos Legales](#), 27/10/2021; [El Espectador](#), 28/10/2021

Aproximação entre Congressos da Colômbia e da Venezuela é barrada por Iván Duque

Em 20 de outubro de 2021, o Senado colombiano enviou uma carta à Assembleia Nacional da Venezuela propondo a normalização das relações entre os dois países, rompidas desde fevereiro de 2019. A carta foi enviada pelo presidente do Senado colombiano, Juan Diego Gómez, após aprovação por unanimidade da criação de comissões binacionais para a normalização de relações diplomáticas e comerciais da Colômbia. Em resposta, o presidente da Assembleia Nacional venezuelana, Jorge Rodríguez, afirmou que a Venezuela está disposta a iniciar um processo que permita a normalização das relações com o país vizinho. O presidente venezuelano, Nicolás Maduro, também apoiou a proposta do Senado colombiano e no dia 21 de outubro a Assembleia Nacional venezuelana criou uma comissão para trabalhar na busca pela normalização das relações com a Colômbia. Por sua vez, Iván Duque, presidente colombiano, reagiu de forma negativa, afirmando que jamais reconhe-

ceria o governo de Maduro, acusando-o de ser uma ditadura. Nesse mesmo sentido, a chanceler colombiana, Marta Lucia Ramírez, classificou a iniciativa como inaceitável, pois o governo colombiano não reconhece a legitimidade da Assembleia presidida por Rodríguez. O presidente do Senado colombiano, Juan Diego Gómez, no entanto, afirmou que, de nenhuma forma, essa iniciativa substitui a responsabilidade constitucional do executivo colombiano sobre as relações internacionais do país. O envio da carta pelo Senado colombiano ocorreu no mesmo mês em que o governo venezuelano anunciou a reabertura das pontes nas fronteiras com a Colômbia. Além dessa reabertura, no dia 7 de outubro de 2021, Maduro convidou empresários colombianos a retomarem seus investimentos na Venezuela.

Fontes: [Folha](#), 04/10/2021; [El Tiempo](#), 07/10/2021; [El Nacional](#), 20/10/2021; [El Nacional](#), 20/10/2021; [El Nacional](#), 20/10/2021; [CNN](#), 21/10/2021; [El Herald](#), 21/10/2021; [El País](#), 21/10/2021; [El Nacional](#), 21/10/2021.

Programa de política externa de candidato à presidência no Chile gera preocupação

No início do mês de outubro de 2021, o candidato à presidência do Chile, Gabriel Boric, do partido Apruebo Dignidad, apresentou algumas de suas propostas de política externa à emissora nacional Mega. Na ocasião, o candidato afirmou que, caso ganhe as eleições, pretende revisar os tratados internacionais de livre comércio, dos quais o Chile é signatário. Segundo Boric, sua proposta consiste em identificar cláusulas ou condições que possam ser desvantajosas para o país, de maneira conjunta e considerando as principais partes afetadas. A proposta do candidato do Apruebo Dignidad, provocou fortes reações. No dia 11 de outubro de 2021, oito ex-chanceleres, dentre os quais Soledad Alvear, Mariano Fernández, Carlos Figueroa, Alejandro Foxley, José Miguel Insulza, Heraldito Muñoz, Juan Gabriel Valdés e Ignacio Walker apresentaram uma declaração pública questionando a proposta do candidato à presidência. Os principais argumentos da declaração referem-se à ambiguidade do termo “revisão” e as possíveis consequências de tal medida que, segundo os ex-chanceleres, poderiam prejudicar a credibilidade e a inserção internacional do Chile. Dentre os tratados cotados para serem revisados estariam os acordos de livre comércio com os EUA e com a União Europeia.

Sobre o último, no final de setembro de 2021, a diretiva da Convenção Constitucional propôs não prosseguir com as negociações de modernização do acordo com a União Europeia, enquanto a Convenção trabalha em uma nova Constituição. No dia 21 de novembro de 2021, ocorrerão as eleições presidenciais e especula-se quais serão os rumos da política externa chilena.

Fontes: [Cooperativa](#), 11/10/2021; [El Mostrador](#), 11/10/2021; [Emol](#), 11/10/2021; [El Mostrador](#), 25/10/2021.

Investigação do *Pandora Papers* envolve presidentes do Chile e do Equador

Em 3 de outubro de 2021, o Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (ICIJ) tornou públicos cerca de 11,9 milhões de documentos que revelaram dados sobre fluxos financeiros e negociações envolvendo empresas offshore, suspeitas de negócios de fachada e beneficiários ocultos. A investigação, denominada *Pandora Papers*, foi baseada no vazamento de documentos confidenciais de 14 escritórios de advocacia especializados na abertura de empresas em países como Panamá, Ilhas Virgens Britânicas e Bahamas. Dentre os diversos líderes e representantes pelo mundo, na América do Sul, destaca-se o envolvimento de Sebastián Piñera, Presidente do Chile, e de Guillermo Lasso, Presidente do Equador. No caso do Chile, os documentos deram informações sobre a controversa venda da Minera Dominga, empresa offshore chilena, em 2010, que foi facilitada por uma empresa de propriedade dos filhos de Piñera. Ademais, na negociação da venda, havia indícios de corrupção envolvendo subornos e violações fiscais. Em reação, o Ministério Público chileno iniciou investigações, e as bancadas de oposição no Congresso apresentaram um pedido de impeachment contra o presidente, no dia 13 de outubro de 2021. No caso do Equador, os documentos revelaram que Lasso foi sócio de 14 empresas registradas em paraísos fiscais, mas que deixou de sê-lo em 2017, após a entrada em vigor de uma lei que proíbe candidatos a cargos públicos de terem propriedades deste tipo. Entretanto, em 9 de outubro de 2021, a Assembleia Nacional equatoriana aprovou o início de uma investigação parlamentar sobre as contas bancárias de Lasso, que ficará a cargo da Comissão de Fiscalização. Neste órgão, deputados da oposição têm maioria e pretendem investigar as

movimentações nas contas anteriores a 2017, a fim de detectar possíveis casos de sonegação de imposto no período em que o presidente do Equador dirigia o Banco de Guayaquil.

Fontes: [El Universo](#), 03/10/2021; [BioChile](#), 08/10/2021; [Ciper](#), 08/10/2021; [El Mercurio](#), 09/10/2021; [DW](#), 13/10/2021.

Lasso declara estado de exceção no Equador e ameaça dissolver Assembleia Nacional

Em 19 de outubro, o presidente do Equador, Guillermo Lasso, decretou estado de exceção em todo o território nacional, por 60 dias, com a justificativa de enfrentar, com emprego das Forças Armadas, uma escalada de crimes relacionados a disputas entre grupos narcotraficantes. Em 29 de setembro de 2021, Lasso já havia decretado estado de exceção no sistema penitenciário nacional, o que permitiu aos militares atuarem na administração de presídios, onde, até o mês citado, brigas entre facções já deixaram mais de 250 mortos. Em evento que contou com a presença da United States Drug Enforcement Agency (DEA), em 27 de outubro de 2021, o comandante geral das Forças Armadas nacionais, Giovanni Espinel Puga, declarou que, para além da crise carcerária, os militares não descansarão até que o Equador “volte a ser um país de paz, para que nunca se repitam os acontecimentos de outubro de 2019”. A referência à revolta social, comandada pela Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE), durante o governo de Lenín Moreno, foi feita em meio a novas manifestações sociais, novamente organizadas pela entidade indígena, agora contra o governo Lasso, em 26 e 27 de outubro de 2021. Como em 2019, a CONAIE reivindica, principalmente, uma mudança na política de preços dos combustíveis, que vêm sendo reajustados conforme variações do mercado internacional. Em 22 de outubro de 2021, Lasso chegou a decretar um congelamento dos preços de combustíveis, mas a CONAIE pediu, durante os protestos, que o preço congelado fosse menor. Em 13 de outubro de 2021, Lasso acusou o líder da organização, Leonidas Iza, de formar um “triumvirato da conspiração” contra seu governo, ao lado de Rafael Correa, ex-presidente do país, e Jaime Nebot, líder do Partido Social Cristiano, antigo aliado de quem vem se afastando. Com reduzido apoio na Assembleia Nacional, Lasso aproveitou a decretação do estado de exceção para colocar um pedido de urgência na tramitação de um projeto de lei que pretende modificar questões tra-

ballistas, tributárias e de investimento, o qual tem apoio do Fundo Monetário Internacional (com quem o Equador tem um acordo de empréstimo vigente), mas que sofre resistência da oposição. Em 15 de outubro de 2021, Lasso declarou que, se a Assembleia seguir obstaculizando a apreciação do projeto, poderá acionar um dispositivo constitucional que permite ao presidente dissolvê-la para governar por decreto enquanto são organizadas novas eleições, tanto para o Parlamento quanto para a Presidência da República, em uma ação conhecida como “morte cruzada”.

Fontes: [El Universo](#), 29/09/2021; [El Comercio](#), 13/10/2021; [Infobae](#), 15/10/2021; [CNN](#), 19/10/2021; [El Comercio](#), 22/10/2021; [El Universo](#), 27/10/2021; [RT](#), 27/10/2021.

Negociações entre governo e oposição da Venezuela são suspensas

Em 16 de outubro de 2021, o governo da Venezuela anunciou que não iria à Cidade do México para uma nova rodada de negociações com a oposição, agendada para ocorrer entre os dias 17 e 20 do mesmo mês. As negociações, em curso desde o dia 13 de agosto de 2021, estavam acontecendo no México, com a mediação do governo da Noruega. A suspensão foi causada pela extradição, no dia 16 de outubro de 2021, do empresário colombiano Alex Saab para os EUA. Saab atuou em programas sociais do governo de Nicolás Maduro, em especial, na distribuição de alimentos subsidiados para a população venezuelana. O governo dos EUA acusa o empresário de lavagem de dinheiro e ligações com o narcotráfico. Em abril de 2018, Saab foi naturalizado venezuelano e nomeado diplomata pelo governo Maduro. Em junho de 2020, quando viajava ao Irã para tratar de negociações para a compra de combustível, alimentos e medicamentos, Saab foi preso durante a escala de seu voo em Cabo Verde. A extradição do empresário ocorreu apenas um dia antes das eleições no país africano. A comunidade internacional lamentou a suspensão das negociações entre o governo e a oposição, e a delegação da Noruega retornou ao seu país. A interrupção das conversas ocorreu um mês antes das eleições regionais na Venezuela, agendadas para o dia 21 de novembro de 2021. Diferentemente dos pleitos anteriores, a maior parte da oposição concordou em participar dessas eleições, em que serão escolhidos novos governadores e prefeitos. Outra novidade é a presença de observadores internacionais da União Europeia e da Organização das Nações Unidas (ONU).

Fontes: [El Nacional](#), 08/10/2021; [Folha](#), 16/10/2021; [El Nacional](#), 16/10/2021; [El País](#), 17/10/2021; [Estadão](#), 17/10/2021; [El Nacional](#), 20/10/2021; [Diálogos do Sul](#), 25/10/2021.

Irã e Venezuela anunciam acordo de cooperação

No dia 18 de outubro de 2021, no decorrer de uma coletiva de imprensa com os ministros das Relações Exteriores do Irã e da Venezuela, foi confirmado o estabelecimento de uma cooperação econômica de 20 anos entre os dois Estados. A assinatura do acordo acontecerá nos próximos meses, com a visita do presidente venezuelano, Nicolás Maduro, ao Irã. Durante a comissão, foi enfatizado pelo presidente iraniano, Ebrahim Raisi, a discordância quanto aos embargos e às sanções a terceiros países que foram impostos pelos EUA. Também enfatizou a disposição do governo iraniano em privilegiar o multilateralismo, condenando o intervencionismo estadunidense. Além disso, o ministro Amir-Abdollahian se posicionou a favor da Venezuela no que diz respeito às políticas estadunidenses no país, acrescentando que estas são pouco construtivas. O chanceler venezuelano, Félix Plasencia, enfatizou que percebe o Irã como um “aliado estratégico, próximo e importante para o povo venezuelano”. O presidente iraniano, por sua vez, afirmou que as relações com os países latino-americanos são suas prioridades, com foco em uma colaboração de “longo prazo” com a Venezuela. No entanto, não houve mais detalhes sobre o futuro acordo de cooperação estratégica e especialistas apontam que o acordo tende a ser mais um gesto político contra os Estados Unidos.

Fontes: [Veja](#), 18/10/2021; [DW](#), 18/10/2021; [Al Navio](#); 18/10/2021, [Notícias ao minuto](#), 18/10/2021; [Newsweek](#); 18/10/2021; [NY Times](#), 19/10/2021.

Guiana busca auferir ganhos econômicos na Expo 2020 de Dubai

Em outubro de 2021, o Ministério das Finanças da Guiana divulgou a estimativa de que o setor de exploração de petróleo e gás do país deve ser responsável por cerca de um quinto da composição do PIB

em 2021. Foi nesse contexto que o presidente Ifaan Ali e a alta cúpula de seu governo participaram da Expo 2020 em Dubai, que foi postergada para outubro de 2021 em função da pandemia de COVID-19. Na ocasião do evento, o governo guianense ofereceu incentivos para que os Emirados Árabes Unidos (EAU) avancem em seu projeto de investir em um porto que sirva aos setores de petróleo e gás em águas profundas da Guiana e do Brasil. Para o presidente do país sul-americano, o projeto conferiria um posicionamento estratégico aos EAU na América Latina, podendo-se fazer um paralelo de seus impactos para a projeção do país árabe na região com o que representou a abertura do canal do Panamá para os Estados Unidos, em 1914. Paralelamente, no entanto, a delegação guianense buscou também atrair investimentos em outras frentes. Buscando aproveitar as necessidades comuns dos dois países, o governo propôs o estabelecimento de joint ventures no setor de agricultura – o que atenderia tanto à demanda por seu desenvolvimento na Guiana quanto aos desafios de segurança alimentar dos EAU. Para além do agronegócio, o Ministro do Turismo, Indústria e Comércio, Oneidge Walrond, fez lobby por investimentos árabes também na indústria hoteleira nacional, reiterando a pretensão do país de se tornar um polo de turismo na região. Para a Ministra da Governança, Gail Teixeira, a aproximação entre a Guiana e os países do Oriente Médio é facilitada pelo fato de o presidente Ali ser também muçulmano, tal como as doações recebidas de EAU, Qatar e Kuwait para melhoria da saúde pública no contexto da pandemia já haviam sinalizado. Com a Guiana sendo um dos países mais vulneráveis à elevação do nível do mar em função do aquecimento global, conforme relatório da OMS sobre o clima, a busca por diversificação econômica é uma necessidade urgente para o governo.

Fontes: [Demerara Waves](#), 06/10/2021; [Demerara Waves](#), 10/10/2021; [Demerara Waves](#), 19/10/2021; [Demerara Waves](#), 19/10/2021; [Demerara Waves](#), 20/10/2021; [Kaieteurs News](#), 29/10/2021.

EUA deportam milhares de haitianos, inclusive crianças brasileiras e chilenas

No dia 23 de setembro de 2021, o enviado especial dos EUA ao Haiti, Daniel Foote, renunciou ao seu

posto e, em seguida, denunciou em uma carta pública à Casa Branca a deportação desumana de milhares de haitianos, que chegam ao Texas através da fronteira com o México. A carta afirma que o Haiti vem vivendo uma situação de pobreza e terror, não suportando o retorno de imigrantes em um cenário com ausência de comida, abrigo e dinheiro. A UNICEF demonstrou preocupação com o fato de dois terços dos deportados serem mulheres e crianças. A diáspora haitiana tem partido principalmente do Brasil e do Chile, locais para os quais emigraram após o terremoto de 2010. Contudo, com a recessão brasileira e a desvalorização do câmbio, houve considerável redução das remessas de dinheiro para os familiares, fazendo com que arriscassem suas vidas na travessia para os EUA através da Selva de Darién. Em julho e agosto de 2021, a situação do Haiti foi agravada com o assassinato do presidente Jovenel Moïse, somado a um forte terremoto. Segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM), no mês de setembro de 2021, cerca de 15 mil haitianos chegaram à cidade texana de Del Rio, porém 50 voos estadunidenses deportaram sumariamente para o Haiti mais de 8 mil pessoas, sendo 85 delas brasileiras menores de idade e 381 crianças chilenas. As crianças brasileiras possuem até três anos de idade e estavam acompanhadas pelos pais haitianos. Houve relato de que durante os dias de detenção foram alimentadas apenas com leite e água. Apesar da expectativa de que Biden ofereceria uma abordagem mais humana, o governo atual segue não permitindo a solicitação de refúgio, realizando detenções e utilizando a cavalaria para deter o deslocamento de pessoas. O Secretário de Estado dos EUA pediu que o chanceler brasileiro Carlos França acolhesse parte dos haitianos, contudo, o Itamaraty informou que o pedido foi recusado pois cada um deveria cuidar do seu Haiti. A OIM consultou formalmente o Brasil sobre receber haitianos, porém o Ministério das Relações Exteriores afirmou em nota que o tema foi tratado pelas autoridades e está sendo analisado com base na legislação. A Defensoria Pública da União defende o reforço do trabalho consular para que as crianças recebam assistência do governo brasileiro para voltar ao Brasil, pois a legislação nacional garante a repatriação dos menores, inclusive o custeio da viagem.

Fontes: [G1](#), 23/09/2021; [BBC](#), 23/09/2021; [BBC](#), 28/09/2021; [BBC](#), 21/10/2021; [UN](#), 24/09/2021; [El País](#), 28/09/2021; [Folha](#), 03/10/2021; [DW](#), 05/10/2021; [G1](#), 06/10/2021; [La Nouvelliste](#), 26/10/2021.

China censura iniciativas internacionais de apoio a Taiwan

No mês de outubro de 2021, ocorreram novas tensões diplomáticas na China envolvendo tentativas de emancipação de Taiwan. Joseph Wu, representante de relações exteriores taiwanês, realizou uma série de viagens para o continente europeu em busca de apoio político ao reconhecimento da independência da ilha de Taiwan. Foram realizadas visitas à Eslováquia, República Tcheca e Itália, onde Wu se reuniu com legisladores locais, participou de reuniões para negociação de acordos comerciais e do encontro da Aliança Interparlamentar sobre a China, agremiação que reúne legisladores ocidentais contrários ao governo chinês e favoráveis a movimentos de secessão no Tibet, Xinjiang, Hong Kong e Taiwan. Frente ao ocorrido, Wang Wenbin, porta-voz do Ministério de Relações Exteriores da China, reforçou, em uma conferência de imprensa concedida em 22 de outubro, que o governo chinês não dará espaço para movimentos de secessão e que rebaterá todas as acusações sobre violações de direitos humanos em regiões onde movimentos separatistas atuam, reforçando a política de “Uma China, dois sistemas”. No dia 26 de outubro, novas animosidades envolvendo Taiwan foram instigadas após o secretário de estado estadunidense Anthony Blinken reforçar o apoio à participação de Taiwan em instituições do sistema da Organização das Nações Unidas (ONU). No mesmo dia, Zhao Lijian, outro porta-voz da chancelaria, reforçou que a China não aceitará que forças estrangeiras apoiem atividades separatistas. Durante a visita à Grécia, no dia 27 de outubro, o chanceler chinês Wang Yi enfatizou junto à União Europeia que não trate a China como adversária e criticou os países que estariam estreitando laços com Taiwan, argumentando que estão sabotando as relações de seu país com a União Europeia. No dia 31 de outubro de 2021, durante a Reunião do G-20, Yi e Blinken marcaram posição frente a mídia internacional e indicaram preocupação com a escalada de tensões no estreito de Taiwan.

Fontes: [Xinhua](#), 20/10/2021; [China News](#), 22/10/2021; [Reuters](#), 26/10/2021; [Global Times](#), 27/10/2021; [SCMP](#), 28/10/2021; [Reuters](#), 31/10/2021.

Missões Permanentes enfocam segurança alimentar e Direitos Humanos na ONU

No dia 4 de outubro de 2021, membros das Missões Permanentes da China e de mais de 50 países do continente africano se reuniram para dialogar sobre as questões relacionadas ao combate à pobreza, erradicação da fome e promoção dos direitos humanos. O Embaixador e Representante Permanente da República Popular da China no Escritório das Nações Unidas em Genebra, Chen Xu, falou da importância do debate entre países e instituições multilaterais - como o Conselho de Direitos Humanos - sobre o tema da segurança alimentar e da necessidade da tomada de medidas urgentes para o pleno gozo dos direitos humanos. A China demonstrou interesse em compartilhar esforços com os países da África, cooperando na promoção da “Iniciativa de Desenvolvimento Global”, dado ao fato de o país asiático apresentar uma notável política de combate à fome, tirando cerca de 100 milhões de pessoas da linha da pobreza através de ações eficazes para garantia da segurança alimentar. Vale ressaltar que no dia 16 de outubro é celebrado o Dia Mundial da Alimentação, data pensada para promover discussões e traçar estratégias de diminuição da insegurança alimentar global. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), três bilhões de pessoas no mundo não têm acesso a uma alimentação saudável e, segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), na população mundial, uma em cada três pessoas não tiveram acesso à alimentação adequada em 2020. Atualmente, aproximadamente 700 milhões de pessoas vivem em situação de pobreza extrema. De acordo com David Beasley, diretor executivo do Programa Mundial de Alimentos (PMA), são 811 milhões de pessoas no mundo em situação de fome crônica, enquanto outras 42 milhões em 43 países estão à “beira da fome”. Em Moçambique, é esperado que até junho de 2022 cerca de 860 mil pessoas necessitem de alguma assistência alimentar.

Fontes: [África 21](#), 01/10/2021; [KBC](#), 05/10/2021; [Brasil 247](#), 06/10/2021; [CRI China](#), 06/10/2021; [Brasil de Fato](#), 11/10/2021; [UOL](#), 15/10/2021; [XinhuaNet](#), 17/10/2021.

Proposta de lei anti-LGBTQIA+ em Gana preocupa ativistas

Fontes: [Poder360](#), 27/07/2021; [OHCHR](#), 12/08/2021; [Reuters](#), 22/10/2021; [BBC](#), 27/10/2021.

No dia 21 de outubro de 2021, o presidente de Gana, Nana Akufo-Addo, destacou a necessidade de um debate civil assim como de tolerância na medida em que o Parlamento do país analisa um projeto de lei que tornaria crime ser LGBTQIA+. Akufo-Addo, no entanto, já havia se manifestado contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo anteriormente. O projeto denominado de “lei de valores da família” prevê a criminalização e/ou encaminhamento à terapia de conversão, dentre outras formas violentas de tortura, todo aquele cidadão que se desvia do padrão normativo de comportamento sexual e de identidade de gênero ou aquelas pessoas que atuam na defesa dos direitos LGBTQIA+. A Igreja Anglicana de Gana apoiou o projeto de lei, muito embora houvesse um acordo prévio entre as igrejas anglicanas mundo afora para não oferecer apoio a legislação discriminatória. O arcebispo de Canterbury, Justin Welby, informou que levaria suas preocupações sobre este assunto para o arcebispo anglicano de Gana. A proposta, que já tramita no parlamento ganense desde meados de julho, chamou a atenção da Organização das Nações Unidas (ONU) que, em conjunto com especialistas independentes, divulgou uma nota de repúdio direcionada ao governo de Gana, no intuito de cobrar a rejeição do projeto de lei. A análise feita pelos especialistas independentes no Conselho de Direitos Humanos da ONU expressa preocupação com o projeto de lei e com o próprio governo de Gana, no sentido de elencar todos os efeitos danosos que o projeto de lei haveria de causar: como violação do direito de liberdade de expressão ao proibir tanto o debate público acerca de identidade sexual e de gênero quanto as mobilizações sociais em defesa de grupos minoritários LGBTQIA+; o reforço de estereótipos de gênero e o estímulo à violência por parte dos órgãos estatais, por meio de medidas de tortura como *modus operandi*, desde agressão até o estupro corretivo em mulheres lésbicas ou bissexuais. Desde então, com cartazes afirmando que as vidas da população LGBTQIA+ de Gana importam, ativistas e apoiadores de direitos humanos já protestaram oito vezes no país. Organizações sociais de diversas partes do mundo se mantêm alerta para o cenário que pode se tornar ainda mais violento para as minorias sexuais de Gana.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.

latsul.org

